

DO PICO

candidatura | PRÉMIO NACIONAL DA PAISAGEM

2018

DESCRIÇÃO DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

1. ENQUADRAMENTO GERAL

O presente documento concretiza a descrição do projeto da “Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico”, no contexto da candidatura à edição de 2018 do Prémio Nacional da Paisagem, cujo Regulamento consta do Despacho n.º 8898/2018, de 20 de setembro.

O Prémio Nacional da Paisagem é promovido pelo Governo português, no quadro da Convenção Europeia da Paisagem e da Política Nacional de Arquitetura e Paisagem, com o objetivo de realçar abordagens territoriais promotoras da qualidade da paisagem e de incrementar a consciência cívica sobre o valor cultural das paisagens e sobre o papel que os diversos atores desempenham na sua transformação, bem como de selecionar um projeto nacional de referência que assegure a participação de Portugal no Prémio da Paisagem do Conselho da Europa.

2. CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL

2.1. Enquadramento geográfico e administrativo

O Arquipélago dos Açores situa-se no meio do Oceano Atlântico Norte e é composto por 9 ilhas de origem vulcânica e vários pequenos ilhéus que emergem de uma vasta zona submarina pouco profunda – a Plataforma dos Açores – e se estendem por uma faixa de cerca de 615 km que se desenvolve com a orientação WNW-ESE, atravessando a Dorsal Média Atlântica e distando 1.937 km do continente europeu.

As ilhas formam 3 grupos geográficos (ocidental, central e oriental) com uma superfície total de 2.322 km², que corresponde a 2,5% do território português (92.225 km²).

Os Açores são uma Região Autónoma da República Portuguesa, dotada de autonomia política e administrativa e de órgãos de governo próprio. A organização administrativa de âmbito local compreende 19 municípios e 156 freguesias.

A ilha do Pico emergiu de uma fratura tectónica de orientação WNW-ESE, denominada fratura Faial-Pico, que se desenvolve ao longo de 350 km, desde a Dorsal Média Atlântica até uma área a sul da Fossa Hironnelle.

O Pico é a mais meridional das ilhas do grupo central e a segunda maior de todo o arquipélago, com uma superfície de 444,8 km², representando 19,1% do território regional. Administrativamente, a ilha do Pico está organizada em 3 concelhos e 19 freguesias.

2.2. Fatores biofísicos

As ilhas dos Açores emergiram do oceano em resultado da atividade vulcânica iniciada há 36 milhões de anos e gerada pela complexidade geotectónica da Plataforma dos Açores. Santa Maria foi a primeira ilha a emergir, há cerca de 6 milhões de anos, e a última erupção subaérea que acrescentou território emerso aos Açores foi o Vulcão dos Capelinhos, na ilha do

Faial, entre setembro de 1957 e outubro de 1958.

Neste contexto vulcânico-geológico, as ilhas apresentam um grande desenvolvimento vertical, com um interior montanhoso e um relevo acentuado e desigual, com poucas áreas planas ao longo das encostas que se desenvolvem até ao nível do mar.

As condições meteorológicas no arquipélago dos Açores são, essencialmente, ditadas pela localização geográfica das ilhas no contexto da circulação global atmosférica e oceânica e pela influência da massa aquática da qual emergem, dependendo do desenvolvimento, orientação e deslocação do anticiclone dos Açores.

No geral, o clima dos Açores é temperado marítimo, caracterizado pela baixa amplitude térmica, elevada pluviosidade e humidade relativa e ventos persistentes. A precipitação ocorre regularmente ao longo do ano, intensificando-se de E para W e aumentando de forma significativa em altitude. As temperaturas médias variam entre os 13,6°C e os 22°C.

Do ponto de vista biogeográfico, os Açores pertencem à região da Macaronésia, sendo que as condições climáticas, geográficas e geológicas proporcionam uma grande variedade de biótopos, ecossistemas e paisagens que facultam um grande número de *habitats* e uma elevada diversidade biológica.

A fauna, com predomínio dos artrópodes, representa cerca de 73% dos endemismos terrestres açorianos, sendo que o morcego-dos-Açores (*Nyctalus azoreum*) é o único mamífero endémico. Na flora, as plantas vasculares registam 73 endemismos, sendo a vidália (*Azorina vidalii*) o único género endémico dos Açores.

A ilha do Pico é a mais recente do arquipélago, tendo-se iniciado a sua formação há cerca de 300 mil anos. A ilha integra três complexos vulcânicos, o Complexo Vulcânico Topo-Lajes, o Complexo Vulcânico São Roque-Piedade e o Complexo Vulcânico da Montanha. As últimas erupções ocorreram nos anos de 1718 e 1720.

O Complexo Vulcânico da Montanha é o mais recente e ocupa a parte ocidental da ilha, sendo dominado por um estrato-vulcão que se eleva até aos 2.351 m de altitude, constituindo o ponto mais alto de Portugal e o terceiro maior vulcão do Oceano Atlântico, com 3.500 m, desde os fundos marinhos.

A flora e fauna do Pico abrange a generalidade dos endemismos descritos para os Açores e na cratera do Vulcão do Pico pode encontrar-se o bremim da montanha (*Silene uniflora ssp cratericola*), uma subespécie que só existe aí.

2.3. Fatores humanos

A descoberta do arquipélago dos Açores é atribuída a Diogo Silves, no ano de 1427, sendo que as primeiras viagens de reconhecimento das ilhas terão acontecido entre os anos de 1431 e 1432.

A primeira referência da Coroa portuguesa sobre as ilhas açorianas é de 1439, concretamente a carta régia que autoriza o Infante D. Henrique a colonizar as sete ilhas (as ilhas do grupo ocidental ainda não tinham sido descobertas).

Os primeiros povoadores estabeleceram-se nas ilhas do grupo oriental, as primeiras a terem sido descobertas.

A partir de 1470, dá-se a consolidação do povoamento nas ilhas dos grupos oriental e central.

A população dos Açores, a 31 de dezembro de 2017, era de 244.571 habitantes, desigualmente distribuídos pelas 9 ilhas, variando entre 461 no Corvo e 137.828 em São Miguel. Na mesma data, a ilha do Pico tinha 13.786 residentes, correspondendo a uma densidade populacional de 31 hab/km², muito abaixo da média regional (105 hab/km²).

A colonização dos Açores – e da Madeira – surgiu como forma de responder à crónica insuficiência frumentícia do reino, pelo que as primeiras experiências agrícolas passaram pela produção cerealífera. Em função dos circuitos comerciais externos, condicionadores da procura e dos ciclos económicos, e das especificidades de cada ilha, foram sendo introduzidas novas produções, como o pastel, o linho, a laranja, a vinha, o chá, o ananás e a criptoméria.

Os campos de lava não permitem que o Pico alcance uma posição relevante numa economia dominada pelos cereais. Desenvolve-se, então, uma vocação vinícola que, a partir do século XVII, se expandiu para mercados externos. Na segunda

metade do século XIX, as pragas do oídio e da filoxera levaram ao declínio da atividade vitivinícola.

Após a segunda guerra mundial, a atividade pecuária teve um grande desenvolvimento em todas as ilhas, ocupando uma posição dominante que, ainda hoje, confere um peso importante na economia dos Açores.

Nos últimos anos, o turismo tem vindo a ocupar um espaço crescente na base económica das ilhas, apostando na diversificação e aproveitando as potencialidades de uma Região onde a natureza ainda se encontra preservada e se afirma como o seu principal ativo.

2.4. Ordenamento do território

Até aos últimos anos do século XX, as políticas de planeamento e ordenamento do território nos Açores foram tímidas e os instrumentos de gestão territorial praticamente inexistentes.

O desenvolvimento dos trabalhos de elaboração do Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), em 1998, trouxe as questões do planeamento e gestão territorial, definitivamente, para a agenda açoriana.

Atualmente, o arquipélago está coberto por um vasto conjunto de instrumentos de gestão territorial, abrangendo a totalidade do território terrestre e a generalidade dos recursos e valores que reclamam salvaguarda.

Todos os 19 municípios dos Açores estão servidos por Planos Diretores Municipais, complementados por 9 Planos de Urbanização e 13 Planos de Pormenor, e vigoram 16 Planos Especiais de Ordenamento do Território, concretamente: 10 Planos de Ordenamento de Orla Costeira (abrangendo toda a costa das 9 ilhas, sendo que São Miguel possui 2 POOC), 5 Planos de Ordenamento de Bacias Hidrográficas de Lagoas (3 em São Miguel, 1 nas Flores e 1 no Pico) e 1 Plano de Ordenamento de Área Protegida (na Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico).

Ao nível setorial estão em vigor 7 planos (Plano Regional da Água, Plano Setorial da Rede Natura 2000, Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos, Plano de Ordenamento Turístico, Plano de Ordenamento do Território para as Atividades Extrativas, Plano de Gestão de Riscos de Inundações e Plano de Gestão da Região Hidrográfica). Recentemente, o Governo dos Açores aprovou a proposta do Programa Regional para as Alterações Climáticas.

Neste momento, decorrem vários processos de revisão ou alteração de instrumentos de gestão territorial.

2.5. Caracterização geral da Paisagem

A força da geografia e da geologia define o carácter da Paisagem nas ilhas dos Açores. As paisagens açorianas são o resultado de milénios de atividade vulcânica, moldada pela natureza e por 5 séculos de ação antrópica.

O vulcanismo criador do arquipélago deixou um rico e diversificado património geológico, presente em vulcões, grutas e outras paisagens vulcânicas. Algumas das crateras abatidas deram origem a lagoas que, para além de importantes reservatórios de água, são também elementos marcantes da paisagem.

A insularidade condicionou a humanização da paisagem dos Açores. Este determinismo geográfico retardou a evolução cultural e tecnológica, em alguns períodos, mas, em outras épocas, trouxe cosmopolitismo.

A prometedora fertilidade dos solos vulcânicos impulsionou as arroteias e, com estas, deu-se uma profunda alteração da orografia e do coberto vegetal das ilhas, intensificando os usos dos solos, aumentando a pressão sobre os recursos naturais e promovendo a introdução de espécies exóticas, algumas tornando-se invasoras.

As crises e os ciclos económicos, o aparecimento de pragas e, mais recentemente, a melhoria das infraestruturas, a expansão urbana dos principais centros e o crescimento do peso dos serviços na economia dos Açores, alteraram as dinâmicas sociais, económicas e culturais, trouxeram o abandono de áreas agrícolas e a perda de população em algumas ilhas, com impactes significativos na paisagem.

A ilha do Pico difere das restantes devido à extrema pedregosidade do seu solo, à cor negra dominante e à abundante e diversificada vegetação natural. Esta ilha detém dois aspetos paisagísticos marcantes: a montanha, dominante onde quer

que se esteja, e a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, correspondente a uma extensa área de currais de vinha, formando uma apertada quadrícula de muretes de pedra seca, associada a um excepcional património construído.

No âmbito da caracterização das paisagens dos Açores foram identificadas 82 unidades de paisagem no arquipélago, das quais 8 para a ilha do Pico.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DA PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO

3.1. Enquadramento histórico e cultural

As tentativas de fixar população na ilha do Pico esbarraram com algumas dificuldades e os primeiros povoados só se terão estabelecido nas últimas décadas do século XV.

Numa ilha com o solo petrificado por sucessivas erupções vulcânica, os lajidos do Pico não permitiram aos primeiros povoadores o desenvolvimento das produções cerealíferas e tintureiras, dominantes da economia da época e principais culturas introduzidas nas ilhas que iam sendo colonizadas.

Por outro lado, os solos basálticos e as condições climáticas (clima mais quente e menos húmido do que nas outras ilhas) evidenciaram a vocação vitivinícola da ilha do Pico, desde os primórdios do seu povoamento. É atribuído ao primeiro vigário da ilha – Frei Pedro Álvares Gigante – o cultivo dos primeiros bachelos de verdeelho.

O cultivo da vinha implicava plantar os bachelos nas fendas e buracos dos lajidos, pelo que o sucesso da viticultura no Pico está, para além das condições edafoclimáticas, relacionado com o aproveitamento dado ao excesso de pedra existente nos lajidos da ilha, usada para edificar muros de pedra solta, formando os denominados currais, para proteger os vinhedos dos efeitos perniciosos da ventania e dos rossios marinhos que assolam as costas das ilhas.

Já no século XVI, Gaspar Frutuoso se referiu à quantidade e qualidade do vinho do Pico, ao escrever, em *Saudades da Terra*, que “em toda a terra há muitas vinhas, que dão bom vinho e melhor que em todas as ilhas”, apesar da população do Pico, no final desse século, ser apenas de 3.432 habitantes.

Com a produção de vinho do Pico (cerca de 8.000 pipas no ano de 1649) a superar largamente as necessidades internas, houve necessidade, por volta de meados do século XVII, de levar este produto para mercados externos. A integração do porto da Horta, no Faial, nas escalas das novas rotas comerciais originadas pela colonização britânica da América do Norte e o progresso das rotas com o Brasil foram a oportunidade perfeita para a internacionalização do vinho do Pico. Os principais mercados externos foram as Índias Ocidentais, Inglaterra, América, Brasil e Rússia.

Estava aberto um novo ciclo económico que, durante duas centenas de anos, foi o sustentáculo da população da ilha do Pico e o luzimento dos morgados e da alta burguesia faialense, proprietários das vinhas.

Na primeira metade do século XIX, a produção média anual de vinho do Pico terá oscilado entre as 12.000 e 15.000 pipas, maioritariamente destinada à exportação. O vinho do Pico chegava ao Mundo, passando a integrar as escolhas mais seletivas, como os banquetes do Grão-Mestre da Ordem de Malta e as mesas dos Czares da Rússia.

Este período de desenvolvimento económico foi acompanhado pelo crescimento exponencial da população da ilha do Pico, que passou de 8.720 habitantes, em 1690, para 31.246 habitantes, em 1849.

Na segunda metade do século XIX, as pragas do oídio e da filoxera que atacaram as vinhas trouxeram o declínio da atividade vitivinícola na ilha do Pico.

Primeiro foi o oídio que, a partir de 1852, fez baixar drasticamente a produção, que passou dos milhares de pipas para poucas centenas. Em 1866 foram produzidas apenas cerca de 100 pipas de vinho do Pico.

Com a crise veio o abandono das vinhas e uma debandada da população, traduzida na primeira grande leva de emigração. Em 1864, a população do Pico tinha caído para 27.721 habitantes.

A crise trouxe, também, alterações nas castas de vinhedos utilizadas, tendo-se difundido, por volta de 1870, uma variedade americana – a “Isabela” (*Vitis labrusca*). A resistência da “Isabela” ao oídio e a sua maior capacidade de produção com menores custos fizeram com que “vinho de cheiro” fosse substituindo o verdeho.

E quando as coisas pareciam recompor-se, eis que, com as variedades americanas, chega a filoxera, em 1873.

Foi o que se pode chamar “morrer da cura”. Intensificou-se o abandono das vinhas e a emigração passou a ser o destino de muitos. À chegada ao século XX, a população do Pico era de apenas 24.184 habitantes.

Em consequência da crise económica e social vivida na época, muitos proprietários faialenses desfizeram-se das terras, dos solares e das adegas e armazéns que detinham no Pico. Os compradores foram os locais, entre feitores (caseiros) e alguns trabalhadores mais abonados, o que provocou o fracionamento da propriedade.

O verdeho praticamente deixou de existir e, no século XX, o vinho do Pico passou a ser o “vinho de cheiro”.

Mesmo assim, o potencial vitícola do Pico levou a Junta Nacional do Vinho a edificar uma adega na vila da Madalena, com o objetivo de resgatar a produção do tradicional vinho licoroso branco. A adega da Cooperativa Vitivinícola da Ilha do Pico começou a funcionar em 1961, abrangendo 51 cooperantes e laborando 36 toneladas de uvas das castas tradicionais – verdeho, arinto e terrantez. Perante a inevitabilidade do insucesso, a adega cooperativa abriu as portas à receção e vinificação de uvas americanas, passando a produzir, também, o “vinho de cheiro”. Não obstante, a Cooperativa Vitivinícola teve um papel crucial na manutenção da produção das castas tradicionais na ilha do Pico.

Em 1994, foi criada a Região Demarcada do Pico, mas os sistemas tradicionais de uso do solo continuavam a desaparecer, constituindo uma ameaça à identidade de uma paisagem única, mas cada vez mais degradada.

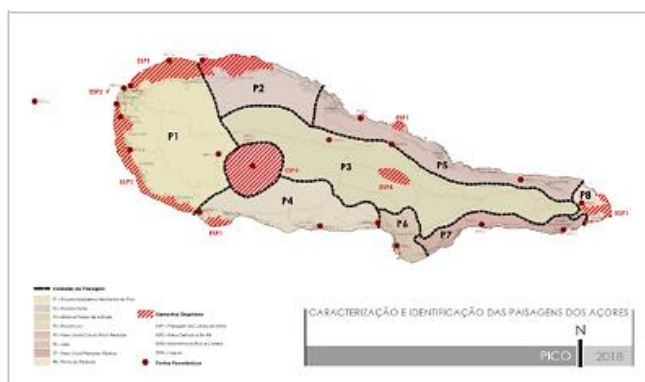
A classificação da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, em 1996, veio evidenciar a preocupação dos órgãos de governo próprio dos Açores para com a salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e culturais em presença e constituiu o ponto de partida de um processo que – sobretudo, desde 2004, com a criação dos sistemas de incentivo e a designação como Património Mundial pela UNESCO – reverteu o abandono das vinhas e a degradação da paisagem e promoveu uma recuperação assinalável, ao ponto de hoje estar consolidada uma paisagem vitícola viva, com características únicas e uma crescente relevância económica e social.

3.2. Unidades de paisagem

No âmbito da caracterização das paisagens dos Açores foram identificadas 8 unidades de paisagem para a ilha do Pico, das quais 5 abrangem áreas integradas na Paisagem da Cultura da Vinha, concretamente: Encosta da Madalena/Montanha do Pico (P1), Encosta Norte (P2), Encosta Sul (P4), Faixa Litoral Cais do Pico/ Piedade (P5) e Ponta da Piedade (P8).

A Paisagem da Cultura da Vinha (ESP1) constitui um dos 4 elementos singulares da paisagem identificados para a

ilha do Pico, uma vez que se destaca, no conjunto de cada uma das referidas unidades de paisagem, pela sua diferença, qualidade intrínseca e impacto sensitivo, cultural e ecológico sobre as mesmas.



Paisagens da ilha do Pico

3.3. Elementos mais significativos da paisagem

A paisagem da ilha do Pico expressa a natureza vulcânica da ilha e a evolução histórico-cultural de 5 séculos de ocupação humana de um território isolado e repleto de constrangimentos físicos e naturais.

As populações desenvolveram processos de adaptação ao meio que se traduzem num zonamento dos usos do solo de

acordo com as aptidões do território.

O padrão típico de ocupação da ilha do Pico consiste na existência, nas zonas mais próximas da costa, de culturas mediterrânicas, como a vinha e a figueira, associadas a adegas, isoladas ou em pequenos núcleos. À medida que se avança em altitude, surgem os povoados de maior dimensão, paralelos à linha de costa e dispersos por toda a ilha. Em redor destes povoados principais desenvolve-se um mosaico de agricultura, com milho, batata e hortícolas, bem como pomares. A montante dos povoados surgem pastagens permanentes e matas de produção e nas zonas mais altas e interiores da ilha ocorrem os matos e florestas naturais, alguns dos quais integrados em áreas protegidas.

A ocupação de extensas áreas para produções agrícolas e pecuárias traduziu-se uma sábia conciliação entre a rentabilização dos meios disponíveis e a melhoria das condições para a atividade preconizada – por exemplo, a construção de muros e currais não implicou um esforço acrescido de mobilização da pedra para longas distâncias, já que esta foi usada para proteger simultaneamente as culturas dos ventos e da água salgada.

Este processo tem a expressão máxima nas zonas de vinha por toda a costa do Pico, integradas na Paisagem Protegida da Cultura da Vinha, ocupando 5 zonas em distintos locais da ilha.

A ocupação histórico-cultural da paisagem é testemunhada por vários elementos típicos da cultura da vinha.

A presença de currais de pedra solta e negra é a característica unificadora desta paisagem. A capacidade de adaptação ao relevo espelha-se na orientação das canadas, em regra, perpendiculares à linha de costa, enquanto a distribuição de núcleos edificados ao longo da faixa de costa é comum a toda a paisagem da vinha. Na costa Norte, os núcleos são constituídos por várias construções e com uma forte estruturação urbana, enquanto na zona Oeste, mais declivosa e com menor facilidade de acesso ao mar, os núcleos apresentam-se como conjuntos dispersos de adegas.

A unidade e coerência do reticulado de currais ao longo da costa é enriquecida por uma diversidade de usos do solo à medida que se caminha para o interior. Esta diversidade, resultante do aproveitamento das potencialidades de cada sítio, expressa-se num mosaico de culturas hortícolas, associadas a áreas com melhores solos, compartimentadas por sebes vivas e outros elementos que testemunham o carácter cultural da paisagem, como é o caso dos maroiços.

O cenário da Montanha do Pico, embora constante em todo o território, assume perspetivas distintas que contribuem para especificar o carácter da paisagem ao longo da sua extensão. A relação visual com as ilhas mais próximas é também diversa, sendo possível observar Faial e São Jorge, apenas uma ou até nenhuma delas.

Associadas à paisagem e, sobretudo, à cultura da vinha e ao período da vindima, existe uma diversidade de manifestações socioculturais e que se refletem na gastronomia, nos trajes e na música e danças populares.

De seguida, enunciam-se os elementos naturais e culturais mais significativos e que determinam o carácter único e distintivo da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico:

i) A geodiversidade

Associados ao complexo vulcânico da Montanha do Pico, subsistem diversos campos de lava bem preservados, resultantes de erupções de natureza basáltica pouco explosiva que originaram, para além de diversos tipos de materiais piroclásticos, escoadas lávicas do tipo *a-a*, localmente designadas por “biscoitos” caracterizadas pela sua superfície áspera e cortante, bem como escoadas lávicas do tipo *pahoehoe*, vulgarmente designadas por “lajidos”, caracterizadas pela sua superfície lisa e por possuírem um vasto conjunto de micro-relevos e estruturas de uma beleza extraordinária, tais como lavas encordoadas, *pahoehoe toes*, *tumuli*, cristas de pressão, tubos lávicos, entre outros.



Lava encordoada

Nos lajidos, as escoadas lávicas correspondem a extensos mantos de pequena espessura, cortados por inúmeras fraturas, através das quais as raízes da vinha penetram no solo à procura de nutrientes.

Devido à natureza vulcânica da ilha e à presença de escoadas lávicas do tipo basáltico, a paisagem apresenta um diversificado património espeleológico, através da presença de cavidades vulcânicas (grutas lávicas e algares).

ii) A biodiversidade

As características geofísicas e climáticas da paisagem da vinha propiciam a existência de um elevado número de *habitats* que albergam uma grande diversidade de espécies, na sua maioria endémicas e com elevado valor natural.



Azorina vidalii

Nas formações fissurais dos campos de lavas do litoral encontram-se diversas espécies de flora vascular endémica, como a *Spergularia azorica*, o brasel (*Festuca petraea*), a erva-leiteira (*Euphorbia azorica*) e o único género endémico – a vidália (*Azorina vidalii*). Nas formações florestais destacam-se os matos costeiros de urze (*Erica azorica*), de cedro (*Juniperus brevifolia*) e de pau-branco (*Picconia azorica*).

A diversidade de comunidades vegetais, favorece a ocorrência de avifauna terrestre, como o pombo-torcaz (*Columba palumbus azoricus*), o melro preto (*Turdus merula azorensis*), o tentilhão (*Fringila coelebs moreletti*) e o milhafre (*Buteo buteo rothschildi*). Quanto às aves marinhas, regista-se a presença do frulho (*Puffinus assimilis baroli*) e trata-se de uma zona privilegiada para a nidificação do cagarro (*Calonectris diomedea borealis*).

Ao nível dos mamíferos, regista-se a presença, em muros e fendas das rochas, de colónias de morcego-dos-Açores (*Nyctalus azoreum*), o único mamífero endémico dos Açores e do único morcego endémico português.

No interior das cavidades vulcânicas pode encontrar-se diversa fauna cavernícola, salientando-se as espécies *Rugathodes pico*, *Trechus picoensis*, *Trechus montanheirorum* e *Cixius azopicavus*, endémicas do Pico.

iii) Os muros negros

Toda a paisagem da vinha é marcada por reticulados de muros negros, construídos a partir de pedra solta.



O reticulado de muros de pedra negra

Na impossibilidade de aproveitar o território para o cultivo de cereais, o homem do Pico dedicou-se à arrumação da pedra, construindo os currais, que têm a função de proteger as videiras dos ventos e do rossio do mar.

A retícula dos muros de pedra segue uma organização própria. As propriedades são delimitadas por paredes altas e dobradas e a vinha no interior está dividida em “jeirões”, separados pelos muros dobrados das veredas, onde desembocam as “canadas”. As “canadas” são os elementos estruturais da vinha, formadas por muros singelos e intercetadas perpendicularmente pelos “traveses”, que podem ser muros singelos ou dobrados, dependendo da quantidade de pedra existente no terreno, e que formam os característicos “currais”. A passagem de um curral para outro é feita através das “bocainas”, que são passagens estreitas e, em regra, desencontradas, com o objetivo de evitar o encanamento do vento.

Segundo Tomaz Duarte Jr., no livro “O Vinho do Pico”, os muros de pedra na sua dimensão inicial, se dispostos de forma contínua, teriam uma extensão equivalente a duas vezes o perímetro da Terra.

iv) As casas de abrigo, maroiços e descansadouros

Nas extensas áreas de vinha, a pedra solta, para além de usada na construção dos muros, foi utilizada na edificação de abrigos e, onde existia em maior quantidade, houve de necessidade de ser arrumada em maroiços.



Casa de abrigo

As casas de abrigo destinam-se a servir de abrigo ao viticultor e aos instrumentos de trabalho, sendo construídas em pedra seca, de meia água, associada a uma pequena cisterna para aproveitamento das águas pluviais da respetiva cobertura.

Os maroiços são amontoados de pedra seca, edificados com o objetivo de arrumar o excedente de pedra existente na vinha, implantados nas zonas mais pobres do terreno e de forma a não provocarem ensombramento.

A extensão da área de produção e a exiguidade de meios e vias de transporte obrigava a longas caminhadas carregando cestos com uva à cabeça. Para promover o descanso do carregador, permitindo a descarga e carga dos cestos sem ajuda, foram espaçadamente edificados descansadouros (remates com pedras planas colocadas na parte superior dos muros que ladeiam os caminhos).



Descansadouro



Maroiço

v) Os espaços edificados

Nas zonas costeiras, ao mesmo tempo que se desenvolveu a vitivinicultura, surgiram pequenos espaços edificados, relativamente distantes e independentes dos aglomerados principais, que se localizam mais afastados da costa.



Lajido de Santa Luzia

Estes aglomerados rurais, em geral, foram implantados ao longo dos caminhos costeiros e são dominados pelos edifícios de pedra que surgem do meio dos lajidos e dos currais de vinha.

Aí estão as adegas e os armazéns e, por vezes, casas que serviam de habitação sazonal, na altura da vindima. Os edifícios eram construídos com alvenaria de pedra seca, sendo alguns revestidos com argamassa de barro e cal, e as coberturas em madeira forradas com telhas de canudo em barro.

Em alguns destes núcleos costeiros podem ser encontrados solares e ermidas, bem como poços de maré.

v) As adegas, alambiques e armazéns

As adegas são edifícios que servem de adega e lagar, mas que também podem servir de habitação sazonal durante as vindimas. Quando sirva de habitação, o edifício tem 2 pisos, com a zona de lagar e adega no rés-do-chão.

Os alambiques são edifícios que albergam destilarias, onde são feitas as aguardentes e, em regra, estão associados a poços de maré ou cisternas para fornecimento de água. Já os armazéns são edifícios destinados às barricas e balseiros onde se armazenam os “bagaços” e os figos, em fermentação, para serem “queimados” (destilados).



Adegas



Alambiques



Armazéns



v) Os solares

Os solares – ou casas senhoriais – sobressaem na paisagem pela sua dimensão e enquadramento paisagístico e estão associados a extensas propriedades de vinha. Em regra, surgem associadas aos solares outras construções de apoio à atividade vitivinícola, nomeadamente lagar, alambique e armazém, e poço de maré ou cisterna.



Solar dos Salemas

A edificação dos solares coincidiu com o período áureo da vitivinicultura na ilha do Pico, entre meados do século XVII e meados do século XIX. Estas casas pertenciam aos grandes proprietários das vinhas que, sendo faialenses e absentistas, aproveitavam a época de veraneio para visitar as suas propriedades.

vi) O património religioso

A religiosidade é um elemento fundamental da vivência do povo do Pico e está patente nos monumentos religiosos que se podem observar ao longo da paisagem.

Destacam-se as ermidas dos aglomerados costeiros, pelo seu número e pelos trabalhos de alvenaria talhados na pedra negra dos lajidos.

Pela paisagem podem, também, encontrar-se algumas casas conventuais dos séculos XVII e XVIII, associadas a vinhas e instalações agrícolas que pertenceram às ordens religiosas, designadamente carmelitas e jesuítas, instaladas na cidade da Horta, na ilha do Faial.



Ermita de S. Mateus

vii) Os poços de maré

Na Paisagem da Cultura da Vinha são muitos os poços de maré, de onde se retirava a água para o uso doméstico e para os alambiques. Numa zona onde não existem ribeiras e a água é escassa, houve necessidade de escavar a rocha em busca de água subterrânea. Devido à proximidade do mar, os veios de água doce sofrem a influência das marés e a água apresenta, por vezes, alguma salinidade, motivando a designação de poço de maré.



Poço de maré

viii) Os portos, rilheiras e rola-pipas

Foi pelo mar que o vinho do Pico se deu a conhecer ao Mundo. Um dos elementos importantes na paisagem de alguns dos núcleos costeiros são os pequenos portos e ancoradouros, nos quais o vinho era embarcado em pequenos barcos de boca aberta, à vela ou a remos, e levado para o Faial, de onde era exportado, através do porto da Horta.



Porto do Pocinho (séc. XIX)

Para facilitar o transporte das pipas de vinho do caminho até alguns desses portinhos e ancoradouros houve necessidade de talhar rampas na plataforma rochosa – os rola-pipas.



Rola-pipas



Rilheira

O transporte das pipas de vinho até aos rola-pipas ou aos portos e ancoradouros era feito em carros de boi por caminhos traçados sobre os lajidos, sendo que a passagem intensa dos rodados dos carros de boi nas lajes deixou marcas rasgadas na lava – as rilheiras.

3.4. O abandono das vinhas e a degradação da paisagem

Como acima referido, as pragas trouxeram, a partir da segunda metade do século XIX, o declínio da atividade vitivinícola na ilha do Pico, o abandono das vinhas e movimentos significativos de emigração.

A crise económica e social provocou a alienação e o fracionamento das grandes propriedades, até então detidas por faialenses, e a degradação de uma parte significativa do património edificado, fosse pelo abandono ou pelo facto dos novos proprietários locais não disporem de condições financeiras para a sua manutenção.

No final do século XX, as áreas de vinha estavam reduzidas a cerca de 120 ha e os matos de urze, faia e incenso passaram a dominar a paisagem, substituindo as videiras e escondendo intactos os muros de pedra negra. Por sua vez, nos aglomerados costeiros, muitos dos edifícios tornaram-se ruínas.

Por toda a paisagem começaram a surgir intervenções urbanísticas dissonantes quanto às opções arquitetónicas e materiais utilizados, bem como a proliferação indiscriminada de linhas áreas de eletricidade e comunicações.

No preâmbulo do Decreto Regulamentar Regional n.º 29/88/A, de 12 de julho, pode ler-se que a “paisagem rural tem sofrido nos últimos tempos alterações prejudiciais à própria paisagem da vinha, que vem sendo preenchida por mato, pela apropriação de adegas, junto à costa, para habitações de veraneio e construção de novas casas com tipologias arquitetónicas desintegradas, conferindo à maior parte delas ruturas no ambiente preexistente”.

Neste contexto, o referido diploma criou condicionantes às ações naquela paisagem rural e aprovou medidas preventivas que vigorariam pelo período de 2 anos, com vista à elaboração de um “estudo da definição da área delimitada”

e do “respetivo projeto de ordenamento”, o que não chegou a ser concretizado.



Vinhas abandonadas



Adega em ruína



Dissonâncias



Cabos aéreos

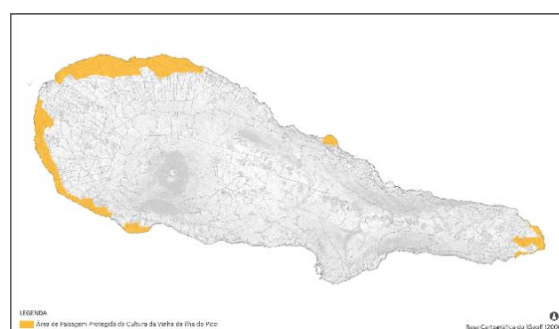
4. POLÍTICAS E MEDIDAS DESENVOLVIDAS NA ÁREA DA PAISAGEM DA CULTURA DA VINHA DA ILHA DO PICO

A salvaguarda dos valores naturais, paisagísticos e culturais nas áreas da cultura da vinha na ilha do Pico, bem como a promoção do desenvolvimento sustentado e da qualidade de vida das populações, motivou a adoção de políticas públicas e a implementação de diversas medidas naquelas áreas, sobretudo ao longo das últimas duas décadas.

4.1. Classificação como área protegida

A Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi criada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 12/96/A, de 27 de junho.

Os limites da área protegida foram ampliados em 2004 (Decreto Legislativo Regional n.º 1/2004/A, de 21 de janeiro), com base nas recomendações do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) e no contexto da candidatura apresentada ao Comité do Património Mundial da UNESCO.



Delimitação atual da área protegida

Em 2008, a Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi reclassificada, abrangendo cinco áreas distintas na zona costeira da ilha, e integrada no Parque Natural da Ilha do Pico, criado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 20/2008/A, de 9 de julho, ocupando, atualmente, uma área total de 3.291,7 ha.

4.2. Designação como Património Mundial

O processo que conduziu à designação pela UNESCO da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico como Património Mundial foi desencadeado pelo Governo dos Açores nos últimos anos do século XX.

Em 2001 foi apresentada uma primeira candidatura junto do Comité do Património Mundial, na categoria de património misto (natural e cultural), tendo o Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS) recomendado a sua reformulação unicamente na categoria de património cultural e o aumento das áreas propostas para classificação.

Uma nova candidatura foi apresentada em 2003 e, no dia 2 de julho de 2004, a UNESCO aprovou a inscrição da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico na estrita lista do Património Mundial, na categoria de paisagem cultural, com uma área núcleo de 987 ha e a respetiva zona tampão com 1.924 ha.

4.3. Instrumentos de gestão do território

A regulamentação do uso e transformação do solo da Paisagem Protegida de Interesse Regional da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2002/A, de 2 de abril, constituiu o primeiro instrumento de gestão daquela área protegida.

Quatro anos depois, entrou em vigor o Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico (POPPVIP), aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2006/A, de 13 de julho.

O POPPVIP, entretanto, alterado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 7/2014/A, de 6 de maio, foi o primeiro e, até

à data, único plano especial de ordenamento de área protegida aprovado nos Açores, constituindo-se como um instrumento fundamental na preservação e recuperação da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, desde logo ao estabelecer um zonamento rigoroso de toda a área de intervenção, em função dos vários níveis de proteção.

4.4. O Gabinete Técnico da Paisagem Protegida

O Gabinete Técnico da Paisagem Protegida da Cultura da Vinha da Ilha do Pico foi criado em 2004, através do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2004/A, de 21 de janeiro, com o objetivo de apoiar a gestão da área protegida.

Atualmente, o Gabinete Técnico é um serviço do Parque Natural da Ilha do Pico, específico das áreas integradas na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, competindo-lhe, designadamente, assessorar tecnicamente o diretor do Parque Natural, apoiar a implementação do plano de ordenamento da área protegida, elaborar estudos técnicos no âmbito da reconstrução ou restauro de imóveis públicos, emitir parecer técnico sobre projetos ou atividades a desenvolver na área de paisagem protegida e acompanhar e fiscalizar a execução dos mesmos.

4.5. Apoio à reabilitação da cultura tradicional da vinha em currais

Em 2004 foi criado, pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 12/2004/A, de 24 de abril, um sistema específico de apoio à reabilitação da cultura tradicional da vinha em currais na ilha do Pico, abrangendo, inicialmente, apenas as zonas núcleo candidatas a Património Mundial e alargado, em 2008 (através do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2008/A, de 27 de março), às respetivas zonas tampão. Os apoios consistiam no financiamento, a fundo perdido, de despesas efetuadas em projetos de reabilitação de vinha em currais, até ao máximo de 20.000 € por ha.

O referido regime de apoio a projetos de reabilitação das vinhas é financiado exclusivamente por fundos do Orçamento dos Açores, estando suspensa a apresentação de candidaturas ao mesmo, enquanto vigorar o regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas (VITIS), para o período de 2014 a 2018.

Desde 2015, os projetos de reabilitação de vinhas têm sido financiados no âmbito do VITIS.

4.6. Apoio à manutenção da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais

Também em 2004, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 23/2004/A, de 1 de julho, foi criado um sistema de apoio à manutenção da paisagem tradicional da cultura da vinha em currais na ilha do Pico, abrangendo, inicialmente, apenas as zonas núcleo candidatas a Património Mundial e alargado, em 2008 (através do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2008/A, de 28 de março), às respetivas zonas tampão.

A partir de 2015, o referido regime de apoios foi integrado no sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro.

O incentivo à manutenção da paisagem consiste na atribuição de um apoio financeiro anual, até ao máximo de 2.350 € por ha, perante o compromisso do beneficiário de manter a parcela objeto de apoio em boas condições culturais e em normal exploração, considerando-se como tal as plantas devidamente tratadas e em produção, em terreno livre de infestantes e de materiais de poda e com os muros dos currais em boas condições.

4.7. Apoio à reconstrução de imóveis em ruínas e à correção das dissonâncias arquitetónicas

A existência de diversas ruínas e dissonâncias arquitetónicas que perturbam a identidade dos núcleos costeiros e contribuem para a degradação de qualidade paisagística levou à criação, através do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2004/A, de 24 de abril, de um conjunto de incentivos aos proprietários de edificações legais nesses aglomerados, com vista à reconstrução de imóveis em ruínas e à correção das dissonâncias e anomalias arquitetónicas aí verificadas.

O sistema de incentivos consiste na atribuição de uma comparticipação financeira a fundo perdido, até ao valor máximo de 50% do custo da intervenção em paredes exteriores, coberturas e vãos nas obras de reconstrução de imóveis em ruínas, e de 50% do custo total da intervenção em imóveis com dissonâncias arquitetónicas, bem como em apoio técnico no desenvolvimento do projeto. Nas correções de dissonâncias em imóveis considerados de excecional interesse, quer pela localização quer pelo valor arquitetónico, a comparticipação pode atingir os 75%.

4.8. Museu do Vinho

O Museu do Vinho, enquanto polo do Museu do Pico, foi instalado no Convento do Carmo, na Madalena, uma casa conventual dos carmelitas, do século XVII-XVIII, que foi totalmente reconstruída, assim como o respetivo complexo agrícola, composto por lagares, armazém e alambique.

O complexo do Museu do Vinho integra, ainda, uma extensa vinha em produção e a maior concentração de dragoeiros (*Dracaena draco*) dos Açores, alguns seculares.

4.9. Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico

O Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico foi instalado em 2010 no Lajido de Santa Luzia, em pleno coração da área protegida, ocupando o rés-do-chão de uma casa solarenga do século XVIII, totalmente reconstruída. No primeiro andar do edifício foi instalada a sede do Parque Natural da Ilha do Pico.

Em 2016, o Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico foi reinstalado num armazém do mesmo complexo do Lajido de Santa Luzia e foram melhorados os respetivos conteúdos e as condições de visitaçao. Desde então, os serviços do Parque Natural da Ilha do Pico ocupam na totalidade os 2 pisos do antigo solar.

Do outro lado do caminho, encontra-se o alambique, que está em pleno funcionamento e aberto ao uso da população.

4.10. Casa dos Vulcões

Neste momento, decorrem os trabalhos de reconstrução de um complexo de armazéns, também no Lajido de Santa Luzia, onde será instalada a Casa dos Vulcões. Trata-se de um centro de ciência e interpretação ambiental, com o objetivo de proporcionar uma maior divulgação do património geológico dos Açores e de toda a sua geodiversidade.

4.11. Rede de trilhos pedestres

Na área da Paisagem da Cultura da Vinha do Pico foram criados 6 percursos pedestres homologados, facultando aos pedestrianistas trilhos por caminhos antigos, descobrindo os elementos únicos e característicos da paisagem. Esses trilhos são: Caminhos de Santa Luzia (PR1PIC), Porto do Calhau - Manhenga (PR3PIC), Vinhas da Criação Velha (PR5PIC), Santana - Lajido (PR10PIC), Porto do Calhau - Canada das Adegas e Das Vinhas à Montanha.

4.12. Formação de Guias dos Parques Naturais

A Portaria n.º 80/2017, de 27 de outubro, regulamenta os cursos de Guias dos Parques Naturais dos Açores. Esta formação, com a duração de 117 horas, tem como o objetivo qualificar os recursos humanos das empresas de animação ambiental e de turismo ativo que operam nos Parques Naturais e, por essa via, promover um turismo sustentável e valorizar os serviços prestados na condução de grupos de visitantes em áreas protegidas.

4.13. Certificação e controlo de qualidade da produção vínica

A Comissão Vitivinícola Regional dos Açores (CVRAçores) e o Laboratório Regional de Enologia estão sedeados na ilha do Pico, sendo instituições de referência nos Açores para o sector vitivinícola, no que respeita à certificação dos vinhos DO e IG, na realização de análises enológicas, bem como no apoio técnico nas áreas da viticultura e enologia.

Ambas as instituições estão acreditadas pelo Instituto Português de Acreditação (IPAC).

4.14. Promoção da cidadania e educação para a sustentabilidade

O Governo dos Açores, através do Parque Natural da Ilha do Pico, desenvolve um trabalho regular na promoção de condutas ambientalmente sustentáveis na Paisagem Protegida da Cultura da Vinha.

O programa Parque Escola, direcionado para o público escolar, contempla uma vasta oferta de atividades para as escolas, organizada em dois projetos: “O Parque vai à Escola” (ações desenvolvidas nas escolas) e “A Escola vai ao Parque” (ações que decorrem nas áreas protegidas e nos centros ambientais).

O Parque Aberto é um programa que agrega as atividades dirigidas para a população em geral, promovidas pelo Parque Natural e respetivos parceiros, nas áreas protegidas e nos centros ambientais, com a finalidade de divulgar e promover o património natural junto da população em geral.

Por outro lado, o programa Parceiros para o Desenvolvimento Sustentável visa o envolvimento das empresas na atividade dos Parques Naturais, bem como na promoção do património natural e das boas práticas ambientais.

As agendas dos programas Parque Escola e Parque Aberto e outra informação e conteúdos relevantes são disponibilizados no portal Educar para o Ambiente e a Sustentabilidade: <http://educarparaoambiente.azores.gov.pt/>.

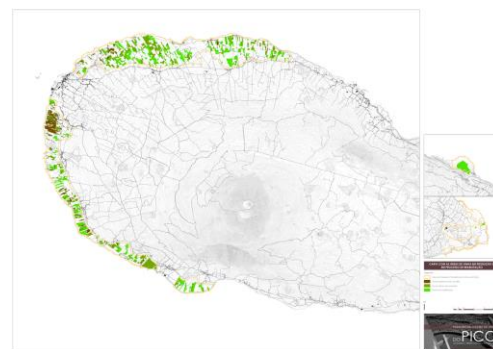
5. APRESENTAÇÃO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

As políticas e medidas implementadas, nos últimos anos, na área da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico estancaram os processos de abandono das vinhas e de degradação da paisagem, contribuindo decisivamente para a recuperação e consolidação de uma paisagem vitícola viva, com características únicas e uma crescente relevância económica e social, no quadro da Convenção Europeia da Paisagem, conforme evidenciam os seguintes indicadores:

5.1. Área de vinha em produção

Em novembro de 2017, a área de vinha em currais na Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, em produção e com contratos de manutenção em vigor, ascendia a 412 ha, o que representa uma evolução bastante significativa face aos 120 ha existentes em 2004.

Por sua vez, os projetos de reabilitação em curso neste momento abrangem mais 399 ha de vinha na área protegida, prevendo-se que, até 2020, a área total de produção atinja os 811 ha (quase 7 vezes a área em produção no ano de 2004).



Vinhas em produção ou reabilitação

5.2. Número de explorações vitícolas

Em novembro de 2017, existiam 279 explorações vitícolas em produção na Paisagem da Cultura da Vinha do Pico, o que representa um importante incremento relativamente às cerca de 170 explorações de 2004.

Assim, entre 2004 e 2017, a área média por exploração mais que duplicou, passando de 0,7 ha para 1,47 ha.

5.3. Apoios à manutenção da cultura tradicional da vinha em currais

Entre 2004 e 2017, o número de beneficiários dos apoios à manutenção da cultura tradicional da vinha em currais passou de 72 para 279, enquanto o montante anual dos apoios financeiros aumentou mais de 9 vezes, passando de 93.654 € para 875.381 €. No conjunto dos 14 anos, os apoios financeiros foram de 4,61 milhões de €.

5.4. Reconstrução de ruínas e correção de dissonâncias arquitetónicas

Entre 2004 e 2012, foram apoiados 23 projetos de reconstrução de ruínas e de correção de dissonâncias arquitetónicas, a que correspondeu o montante global de 288.687 € de compensações financeiras a fundo perdido.

Destaca-se, ainda, o investimento do Governo dos Açores na eletrificação subterrânea do Lajido de Santa Luzia, com a supressão de toda a infraestrutura e cabelagem aérea.



Reconstrução de ruína (alambique)



Correção de dissonâncias arquitetónicas (habitação)

5.5. Recuperação de património público

O Governo dos Açores promoveu, desde 1996, a recuperação e reutilização de diverso património público situado na Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, com destaque para:

- i) Reconstrução do Convento do Carmo, edifício do séc. XVII-XVIII | Museu do Vinho;
- ii) Reconstrução do Moinho do Frade, na Lajido da Criação Velha | Miradouro da Paisagem;
- iii) Reconstrução de solar do século XVIII, no Lajido de Santa Luzia | Sede do Parque Natural da Ilha do Pico;
- iv) Reabilitação de armazéns no Lajido de Santa Luzia | Centro de Interpretação da Paisagem da Vinha do Pico;
- v) Reconstrução de complexo de armazéns no Lajido de Santa Luzia | Casa dos Vulcões.



Museu do Vinho



Moinho / Miradouro



Sede do Parque Natural



Centro de Interpretação



Casa dos Vulcões



5.6. Intervenções de relevante interesse público

O Regulamento do POPVIP estabelece a possibilidade de serem autorizadas ações de relevante interesse público, que sejam compatíveis com os objetivos do Plano. Até ao momento, foram reconhecidos 2 projetos:

- i) Um pequeno hotel de charme da *Charming Green*, que promove a reconstrução do Convento dos Jesuítas;
- ii) Uma adega da *Azores Wine Company*, projeto de enoturismo associado à reabilitação de 110 ha de vinha.



Charming Green | Hotel de charme



Azores Wine Company | Adega e enoturismo

5.7. Atividade do Gabinete Técnico da Paisagem

O Gabinete Técnico tem assumido um papel fundamental na implementação dos diversos sistemas de incentivos e do Plano de Ordenamento da Paisagem Protegida, promovendo a salvaguarda e a dinamização da paisagem.

Desde 2006, o Gabinete Técnico da PPCVIP emitiu pareceres em 405 processos de intervenção urbanística, sendo 222 referentes a edificado existente (reconstruções, ampliações e remodelações) e 183 a novas edificações. O maior número de pareceres emitidos num só ano foi de 50 (em 2015) e o menor de 2 (em 2006).

5.8. Produção e notoriedade do Vinho do Pico

A produção de vinho na ilha do Pico tem vindo a aumentar progressivamente, assim como o número de produtores e de marcas, estimando-se que, em 2020, a quantidade de vinho certificado (DO e IG) ultrapasse 1 milhão de litros.

Um século e meio depois do declínio atividade vitivinícola, o vinho do Pico voltou a entrar nos mercados externos e a ser reconhecido internacionalmente. A título de exemplo, destaca-se o facto de, nos últimos anos e com regularidade, a prestigiada revista americana *The Wine Advocate*, de Robert Parker, colocar os vinhos da *Azores Wine Company*, em especial os brancos de António Maçanita, entre os melhores do mundo, alguns deles com notações de excelência.

5.9. Animação e interpretação da Paisagem

Entre janeiro de 2012 e a presente data, o Centro de Interpretação da Paisagem da Cultura da Vinha recebeu 38.194 visitantes, dos quais 6.618 no ano de 2017.

Desde janeiro de 2010 e até hoje, visitaram o Museu do Vinho 71.370 pessoas, dos quais 13.888 em 2017.

Até ao momento, foram formados 197 Guias de Parques Naturais dos Açores, dos quais 39 na ilha do Pico, sendo cada vez mais as empresas de animação ambiental e turística que desenvolvem atividade na Paisagem Protegida da Cultura da Vinha, com recurso a guias devidamente credenciados.

5.10. Participação cívica e educação para a sustentabilidade

Desde 2011, o programa Parque Escola promoveu 122 atividades, abrangendo 3.550 participantes. No mesmo período, o programa Parque Aberto contou com 171 atividades, envolvendo 5.477 participantes.

O Parque Natural da Ilha do Pico tem, atualmente, 189 Parceiros para o Desenvolvimento Sustentável.

Os processos de elaboração e alteração do Plano de Ordenamento da PPCVIP foram acompanhados de uma ampla participação dos cidadãos, incluindo diversas sessões públicas, realizadas nos 3 concelhos da ilha.

5.11. Prémios e distinções especiais

A paisagem vulcânica do Pico foi considerada, em 2010, uma das Sete Maravilhas Naturais de Portugal.

O processo de reabilitação da cultura da vinha em currais na Paisagem da Cultura da Vinha do Pico foi distinguido com uma menção honrosa na edição de 2016 dos *Green Project Awards*, na categoria “Mar, Agricultura e Turismo”.

A Madalena foi designada pela Associação de Municípios Portugueses do Vinho como Cidade do Vinho 2017.

5.12. Replicabilidade das políticas e medidas implementadas

Com base na experiência da ilha do Pico, o Governo dos Açores criou um sistema de incentivos à manutenção de paisagens tradicionais da cultura da vinha, em currais e em socalcos, e de pomares de espécies tradicionais, situadas em áreas de paisagem protegida e em fajãs costeiras integradas nos parques naturais de ilha e em reservas da biosfera, que abrange todas as ilhas do arquipélago (Decreto Regulamentar Regional n.º 24/2014/A, de 15 de dezembro).

As normas complementares de execução do regime de apoio à reestruturação e reconversão de vinhas (VITIS), para o período 2014-2018 (Portaria n.º 53/2014, de 4 de agosto), foram elaboradas com base na experiência obtida com o regime de apoios à reabilitação da cultura tradicional da vinha em currais na Paisagem da Cultura da Vinha do Pico.

6. OUTROS ELEMENTOS (PONTO 4.6 DO FORMULÁRIO DE CANDIDATURA)

ANEXO A – Referências bibliográficas e legislativas

ANEXO B – Carta com as áreas de vinha em produção e em processo de reabilitação

ANEXO C – Candidatura a Património Mundial da Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico